

O que fazer com os clássicos da sociologia? diagnóstico e prognóstico

CARLOS EDUARDO SELL¹

O DEBATE acerca do papel dos clássicos da sociologia, já forte no campo internacional, vem ganhando notável impulso no Brasil (Hamlin; Weiss; Britto, 2022). Dando continuidade a essa discussão, este artigo não se propõe a realizar uma revisão da literatura sobre o tema, mas a refletir, de forma crítica e propositiva, sobre suas implicações teóricas, metodológicas e pedagógicas. Para tanto, o texto se organiza em dois movimentos analíticos complementares, ainda que ambos apresentem níveis de desenvolvimento desiguais.

O primeiro, já mais amadurecido, consiste em um diagnóstico analítico-epistemológico sobre o caráter dessa revisão. Esse diagnóstico implica não apenas caracterizar a mudança funcional desses autores no registro de uma nova estrutura discursiva, mas também situar essa transformação em sua causa mais profunda: a emergência de um consenso opaco que não implica uniformidade paradigmática, mas instaura na disciplina um novo *ethos* científico. Após problematizar criticamente esses desenvolvimentos, o segundo movimento do artigo, ainda em estágio de reflexão inicial, direciona-se à reflexão e ao ensino da teoria sociológica, propondo caminhos (prognóstico), que, se por um lado, incorporam os desafios advindos da crítica aos clássicos, por outro, também buscam ir além da retórica da denúncia e da reparação, estágio no qual a discussão se encontra atualmente.

Dessa forma, busco retomar e aprofundar reflexões desenvolvidas em texto anterior (Sell, 2025), agora recolocando e reformulando em um novo horizonte três argumentos antes já apresentados: (1) o aprofundamento da caracterização analítica da crise dos clássicos enquanto transformação de função e de regime discursivo; (2) uma nova formulação das causas epistemológicas implicadas nessa transformação, entendidas não como uniformidade paradigmática explícita, mas como consenso paradigmático difuso; e, por fim, (3) uma proposição, ainda que em estágio de amadurecimento, de redefinição da pesquisa e do ensino da teoria social que desdobre o projeto de uma leitura dos clássicos enquanto “história com intenção sistemática”.¹

De “clássicos” a “cânone”:

uma mudança de função nos marcos de um novo regime discursivo

No debate sobre o *status* dos clássicos na sociologia estão envolvidos, entre outros, três conjuntos de questões entrelaçadas.

O estudo do processo que levou à institucionalização de uma tríade de autores consagrados constitui-se num objeto privilegiado para a análise histórica e para a sociologia da própria disciplina (Korom, 2020; Holzhauser, 2021; Li; Karim, 2025; Guzman et al., 2023). Simultaneamente, surgem oportunidades de resgatar autores, temáticas e abordagens marginalizadas durante a gênese da sociologia. Nesse contexto, a busca por uma história social global da disciplina (Cramer, 2025) é crucial, considerando que a hegemonia da tríade está ligada à globalização e aos mecanismos de isonomia institucional, sem que desapareçam as diferenças teóricas regionais ou nacionais (Schneickert, 2019).

Contudo, esse programa histórico-social parece subordinado a um programa normativo mais amplo: uma revisão das ciências sociais orientada por um projeto político-identitário, no qual a prioridade dada à igualdade cede lugar à ênfase na diferença (Susen, 2015). Nesse processo, a história da disciplina é reinterpretada com o objetivo de superar lacunas como o colonialismo, o eurocentrismo, o antropocentrismo, o nacionalismo metodológico, o androcentrismo, o sexismo e o racismo, entre outros. Assim, a revisão da tradição clássica deixa de ser apenas um exercício de reconstrução intelectual para tornar-se também um gesto de reconfiguração político-normativa da sociologia (Cornell, 1997; 2020).

Do ponto de vista epistemológico, o autor que melhor teorizou a função dos clássicos foi Jeffrey Alexander (1990). Segundo ele, os autores referenciais do campo exerceram, na disciplina, a função de substituir a sociologia geral, ou seja, eram eles próprios a sociologia geral. A história da disciplina funcionava, portanto, como um equivalente funcional, oferecendo uma linguagem comum e uma zona de interseção teórica entre tradições diversas. Essa configuração tinha uma vantagem decisiva: permitia articular um pluralismo teórico interno à sociologia, simbolizando a diversidade paradigmática do campo.

A crítica contemporânea aos clássicos, entretanto, reconfigurou profundamente essa função teórica. Não é que os clássicos tenham desaparecido, mas seu papel na autoconsciência sociológica vem sendo profundamente alterado, processo que doravante será caracterizado de modo ideal-típico. O processo de mudança começou com sua resignificação enquanto “cânone”, termo que, ao invés de designar referência ou centralidade, passou a carregar o estigma da exclusão e do dogmatismo (razão pela qual ele será evitado e, quando utilizado, posto entre “aspas”, ao longo desse escrito).²

Atualmente, os clássicos deixam de ser vistos predominantemente como indicadores positivos de programas epistemológicos ainda válidos para serem reinterpretados negativamente como representantes de uma etapa da sociologia

a ser superada: a heurística positiva dá lugar à heurística negativa. Eles deixam de ser geradores de problemas teóricos e passam a ser diagnósticos de patologias epistêmicas.

Desse modo a função integradora dos clássicos foi reconfigurada enquanto função demarcatória. Servem menos para conectar tradições e mais para indicar fronteiras do inaceitável. A diferença entre escolas e paradigmas, que antes era uma fonte de pluralismo teórico, dá lugar a um mapeamento uniformizante das exclusões da modernidade. As diferenças internas são apagadas e os clássicos são reapropriados como zonas de demarcação moral, onde o passado é julgado à luz dos critérios normativos do presente.

No regime teórico anterior, os clássicos serviam para sinalizar o presente: eram operadores de autocompreensão social a partir de ferramentas teóricas permanentemente válidas. A leitura dos clássicos visava entender a modernidade a partir de marcos paradigmáticos concorrentes, condensados simbolicamente em nomes como Marx, Durkheim e Weber.

No regime discursivo atual, ocorre o inverso: os autores referenciais passam a sinalizar o passado. Tornam-se referências arqueológicas, cuja principal função é indicar a distância entre o “então” e o “agora”. O gesto teórico é retrospectivo e não mais prospectivo: os clássicos servem para evidenciar as rupturas, não as continuidades. A sociologia volta-se sobre si mesma em chave memorial ou crítica, substituindo a leitura interpretativa por uma leitura de denúncia. Essa reconfiguração se insere em um programa de desconstrução que reorganiza as referências matriciais da sociologia por duas vias principais: uma função compensatória e uma função substitutiva.

A *função compensatória* atua no plano simbólico-representativo. O objetivo não é tanto negar os clássicos, mas corrigir sua unilateralidade, introduzindo novas figuras e tradições antes invisibilizadas (Alatas; Sinha, 2017; Daflon; Chaguri, 2023; Hamlin; Weiss; Britto, 2022; Burawoy, 2024). Alatas e Sinha (2017, p.45), por exemplo, destacam que sua obra “amplia o cânone ao introduzir vozes não ocidentais e autoras historicamente negligenciadas, destacando os vieses eurocêntricos e androcêntricos da tradição clássica e propondo correções necessárias sem excluir por completo os clássicos”. Trata-se de uma ampliação simbólica que busca reparar o déficit representativo dos clássicos por meio da inclusão de autoras, pensadores periféricos e epistemologias não ocidentais.

A *função substitutiva*, por outro lado, implica uma reconfiguração mais profunda: o lugar dos clássicos é ocupado por novos autores e abordagens (Teixeira; Passani, 2022; Castro, 2022; Oliveira, 2023; Go, 2026), produzindo um novo panteão teórico (pós-colonial, decolonial, feminista, queer, pós-humano etc.). Nesse sentido, Connell (2020, p.211) afirma que “minha teoria do sul revela suposições geopolíticas ocultas na teoria social do Norte e discute uma ampla gama de pensamento social potente produzido no mundo colonizado e pós-colonial”. A afirmação evidencia que a teoria social produzida fora do câno-

ne dominante não é apenas marginal, mas contém contribuições epistemicamente relevantes que exigem uma reconfiguração radical do “cânone” tradicional, deslocando o centro do debate e tornando a disciplina mais global e inclusiva. Aqui, a operação é de deslocamento e não apenas de correção, o antigo centro é dissolvido e transformado em signo negativo.

O que rege essa mudança funcional dos clássicos é, a começar, uma mudança de escala epistemológica: a passagem do universal ao particular (Joas, 2025). Os clássicos foram, historicamente, investidos de um universalismo que pretendia abranger o social em sua totalidade. No novo regime discursivo essa pretensão é desconstruída como expressão de uma perspectiva particular travestida de universal. Essa passagem do universal ao particular atravessa todas as demais transformações: a heurística negativa substitui a positiva, a demarcação sucede a integração, e a crítica normativa substitui a mediação epistemológica.

Se pensarmos no papel epistemológico da teoria sociológica clássica como uma forma de observação de segunda ordem (ou seja, em modo pelo qual a sociologia observa a si mesma), o que se observa é uma mudança de regime discursivo.³ O modelo até agora vigente operava segundo o código pluralidade/unidade. Os autores considerados clássicos (Marx, Durkheim, Weber) condenavam o pluralismo, expressando recortes específicos de análise social, enquanto o conjunto triádico desses autores era interpretado como expressão de uma unidade simbólica, a partir da qual a sociologia se reconhecia enquanto disciplina autônoma. Tratava-se de um regime integrador que produzia uma narrativa de origem e que ao mesmo tempo funcionava como mecanismo de compensação da falta de unidade paradigmática da teoria sociológica.

O segundo regime, que vai se consolidando no presente, desloca o eixo para um novo código analítico: exclusão/inclusão (Luhmann, 1997). A auto-descrição da sociologia torna-se autodissolutiva e ao tematizar o “cânone” como mecanismo de exclusão, isto é, como dispositivo de visibilização seletiva que define o que pode ou não ser reconhecido como “teoria”. Em consequência, a operação intelectual que antes buscava unidade passa a buscar a diferença. Todavia, esse deslocamento, que se apresenta como superação do paradigma clássico, carrega consigo suas próprias formas de cegueira epistêmica.

O código exclusão/inclusão tende a reproduzir, sob outra forma, o mesmo gesto reducionista que antes criticava. A exigência de inclusão generalizada frequentemente converte-se em um imperativo normativo, no qual o valor da diferença é absorvido por um novo consenso moral, devidamente transmutado em necessidade metodológica. A lógica de inclusão acaba por reproduzir, sob nova forma, práticas de exclusão: a valorização da diferença é frequentemente mediada por imperativos normativos que transformam diversidade em conformidade ética, e a “correção” política da disciplina se sobrepõe a critérios analíticos rigorosos. A operação inclusiva, ao pretender corrigir as assimetrias do passado, institui um novo regime de observação igualmente seletivo, um regime em

que a própria categoria de “clássico” é deslegitimada não por razões analíticas, mas por uma lógica compensatória que reduz a discussão teórica a um campo de representação política.

Um consenso paradigmático difuso

A mudança na função dos clássicos deve-se a múltiplos fatores, entre eles o fato de que a tríade tradicional não espelha mais com a devida exatidão o desenvolvimento histórico das teorias sociológicas contemporâneas. Com efeito, não se pode afirmar, dada a diversidade hoje reinante na sociologia, que seu campo teórico é um prolongamento de visões do marxismo, do funcionalismo e da sociologia compreensiva: a situação se tornou muito mais complexa, para não dizer caótica. Além disso, a distância temporal alargou as diferenças entre o quadro sociocultural da fase de gênese da sociologia com as características da sociedade contemporânea: entre o mundo da sociologia clássica e o nosso mundo já existe um enorme fosso temporal e experiencial. Esses fatores, por si mesmos, já favorecem um deslocamento de perspectiva que, ao invés de continuidade, passa a acentuar as descontinuidades.

Não obstante, gostaria de concentrar minha atenção nos fatores epistemológicos propriamente ditos, ou seja, aqueles que dizem respeito ao âmbito de autorreflexividade da disciplina, como também podemos entender a teoria sociológica. Nesse campo vive-se hoje um sentido intenso de crise. Não se trata, contudo, de dissolução, como bem explicam Weiss et al. (2025). Com efeito, trata-se de uma transição rumo a um novo modelo de ciências sociais, informado pela segunda onda do pós-estruturalismo ou, por outra, pela sua vitória tardia, como dirá Vandenbergue (2009).⁴

Nos anos 1990, após a impactante irrupção das discussões pós-modernas (Lyotard, 1998), a disciplina foi capaz de apresentar vastos programas teóricos integrativos que prometiam articular uma síntese entre micro e macro (novo movimento teórico), bem como entre teoria social, teoria da modernidade e crítica imanente. Foi um momento de esplendor da teoria social, personificado em autores como Bourdieu, Giddens, Elias, Habermas e Luhmann, entre outros. Na atualidade, porém, esse momento entrou em colapso. Seu lugar vem sendo ocupado pela segunda onda do pós-modernismo, que, para fins analíticos, chamarei aqui de pós-estruturalismo.⁵ Embora essa transformação já tenha sido identificada em alguns balanços a respeito do estado da teoria social feitos no Brasil, suas consequências ainda não foram plenamente exploradas.

É ante esse cenário que Vandenberghe e Fuchs (2019) prefiguravam o “fim da sociologia”, atribuindo-o à fragmentação entre teoria e empiria, à divisão entre escolas sociológicas, à separação entre sociologia e “studies”, bem como a divisão entre sociologia e ciências morais. Contudo, apesar de seu diagnóstico instigante (Caillé; Vandenberghe, 2021), o autor nunca enfrentou o núcleo do problema: o deslocamento teórico produzido pelo paradigma pós-estruturalista na sociologia. Sua pesquisa, ao apostar em uma unificação mínima

a partir do movimento antiutilitarista inspirado em Mauss e, posteriormente, em uma ontologia do presente (Vandenberghe, 2026), acabou por adiar a confrontação com o multifacetado campo dos Studies.

Domingues (2025), por sua vez, identifica uma paralisia na teoria sociológica brasileira, que atribui, em última instância, a fatores de política acadêmica.⁶ Ainda assim, oferece um retrato detalhado dos impasses teóricos, propondo respostas originais, como a superação da dicotomia micro/macro pela ênfase nas subjetividades coletivas, a concepção da modernidade como civilização e a centralidade da história como processo. Entretanto, é apenas ao discutir o conceito de “natureza” que Domingues toca a verdadeira raiz do problema: o impacto do pós-estruturalismo na teoria sociológica contemporânea. De resto, sua análise permanece restrita ao campo de autores e problemas que regeram a sociologia a partir dos anos 1990.

É apenas com Sérgio Costa e Roberto Dutra que a transição paradigmática passa a ser efetivamente teorizada. Após uma suspeita inicial, sustentada na hipótese da impossibilidade de uma sociologia pós-colonial, Costa (2006) gradualmente adere a essa vertente teórica. As contribuições pontuais desse regime discursivo para a teoria social, como a crítica ao modernismo enquanto teleologia da história, a busca por um lugar de enunciação “híbrido” pós-colonial e a problematização da concepção de sujeito nas ciências sociais, ampliaram-se em direção a reflexões mais abrangentes, envolvendo a redefinição do regime de produção de conhecimento nas ciências sociais, bem como novas abordagens sobre modernidade e teoria cultural (Costa, 2021). Mais recentemente, essa guinada assume contornos ainda mais incisivos: diante dos desafios impostos pelo antropocentrismo, pelo nacionalismo metodológico e pelo eurocentrismo, o autor propõe soluções inspiradas no convivialismo de matriz maussiana (Costa, 2024).

Enquanto Costa se aprofunda na questão sem enfrentar a raiz do problema, Dutra (2021) adota uma postura de interlocução crítica: o diálogo entre a teoria dos sistemas e o pós-colonialismo busca aprendizado mútuo, sem implicar adesão tácita ao enfoque pós-colonial. Essa estratégia evidencia que é possível engajar abordagens conflitantes de forma reflexiva, postergando o confronto direto, mas preservando a abertura para problematizações mais rigorosas das tensões teóricas em jogo.

O enorme impacto do pós-estruturalismo foi descrito com grande precisão por Simon Susen (2015; 2020), que identifica cinco tendências principais no desenvolvimento recente da teoria social: relativismo epistemológico, metodologia interpretativista, visão culturalista de sociedade, historiografia contingente e política de identidade. Apesar do acerto de sua análise, não se deve compreender esse processo como uma unificação teórica, seja enquanto paradigma (no sentido de Kuhn), seja enquanto “virada”, como ele propõe.⁷ Mais correto seria entendê-lo como um “consenso paradigmático difuso”.

A noção de “consenso paradigmático difuso” sugere uma forma ampla de alinhamento intelectual que estrutura uma disciplina não por meio de uma unidade teórica explícita, mas por pressupostos compartilhados, sensibilidades epistêmicas e orientações normativas comuns. Diferentemente de um paradigma forte, nos moldes de Thomas Kuhn, que organiza a pesquisa mediante exemplos, métodos e problemas consensuais, o consenso difuso opera em um nível metateórico e cultural: ele fornece um horizonte de sentido, e não um manual metodológico.

Na sociologia, esse consenso difuso não substitui nem apaga as áreas especializadas da sociologia (como a sociologia da cultura, a sociologia política ou a sociologia econômica, entre muitas outras), que têm seus próprios referenciais analíticos (teorias de médio alcance) e agendas de problemas bem delimitados e recortados. Ele tampouco anula outras tradições teóricas estabelecidas (como marxismo, teoria crítica (Honneth etc.) teoria dos sistemas, neopragmatismo, sociologia praxiológica (Bourdieu) etc.); antes, coexiste com elas como uma espécie de atmosfera intelectual compartilhada, moldando o que é amplamente considerado relevante, legítimo e significativo, sem impor compromissos teóricos rígidos.

Para voltar a premissa abandonada por Sérgio Costa (2006), o pós-estruturalismo implode as bases das ciências sociais. As tentativas de incorporar suas contribuições como simples complementos temáticos a uma ciência já estabilizada ignoram que é precisamente esse gesto de assimilação que instaura o consenso paradigmático difuso que marca a atualidade. A raiz dessa incompatibilidade reside no fato de que o pós-estruturalismo, ao adotar a *différance* como premissa epistemológica, compreende a realidade como texto a ser desconstruído. Desse modo, dissolve o fundamento sobre o qual a sociologia se constituiu como ciência do social: a distinção entre o micro e o macro. Nessa perspectiva, o sujeito existe apenas enquanto efeito do discurso, o que anula a dualidade constitutiva da teoria social clássica. A sociologia, pelo menos tal como foi concebida até agora, não é possível no quadro de referência desse horizonte epistemológico.

A mudança de função dos clássicos da sociologia deve ser compreendida, ao menos sob o ponto de vista epistemológico, à luz dessa transformação. O novo consenso difuso inverte o papel dos clássicos: desloca-os do presente para o passado, da heurística positiva para a negativa, da função de convergência para a de demarcação. O pós-estruturalismo surge, assim, como condição de plausibilidade dessa mutação funcional e, ao mesmo tempo, como veículo de difusão de suas premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas, sem esquecer seu horizonte político. Os clássicos nos legaram a sociologia; mas, convertidos agora em “cânone” dogmático, tornaram-se o vetor negativo de uma tradição que se deseja superar. Resta, porém, indagar: por que e em nome de quê?

Por uma heurística positiva: esboço de um novo ensino da teoria sociológica clássica

A superação desse estado problemático não se resolve por uma disposição conservadora que apenas reafirma a centralidade dos clássicos da sociologia (Parker, 1997; How, 2016): é preciso absorver o que os críticos têm a dizer de modo a salvaguardar seus rendimentos analíticos. Ao mesmo tempo, a heurística negativa da denúncia, hoje predominante, precisa passar ao estágio de uma heurística positiva que vá além da narrativa da exclusão e da reparação moral (McLennan, 2025). Embora, pessoalmente, eu prefira o total abandono do projeto que transforma a história da disciplina em equivalência de uma teoria geral e, por consequência, postule o retorno a tentativa de construção de uma “sociologia geral”, proponho, aqui, algumas linhas de uma perspectiva prognóstica que consiste em uma reconstrução do modo de abordagem da sociologia clássica, em sentido histórico, voltada para o ensino da disciplina nos cursos de graduação e pós-graduação em ciências sociais.

A premissa central é que os clássicos da sociologia, cuja nominata deve estar sempre aberta, ainda podem desempenhar uma função genuinamente teórica, nos termos de Alexander, desde que determinadas condições sejam atendidas. Em primeiro lugar, a função desses autores deve ser prioritariamente teórica, distinguindo-se da pesquisa histórica, cuja responsabilidade cabe à pesquisa especializada: é de “teoria” sociológica que se trata, não de “história” da sociologia. Em segundo lugar, a sistematização deve apresentar caráter abrangente, incorporando também modelos teóricos e autores frequentemente negligenciados na gênese da sociologia, mas que ainda detêm relevância analítica para os problemas contemporâneos da disciplina. Ademais, é imperativo evitar pressupostos teóricos unilaterais que comprometam o caráter multiteórico e aberto da história da teoria sociológica, tal como se manifesta em seu processo de constituição. O objetivo não é, portanto, a inclusão de autores “silenciados” de forma meramente simbólica ou compensatória, mas a construção de um retrato (inevitavelmente parcial) da história da sociologia (e especialmente da teoria sociológica) fundamentado em conjuntos problemáticos plurais cuja validade permanece suscetível a investigação produtiva.

Nesse contexto, só posso concordar com a tese de que a história é necessária à teoria sociológica (Maia, 2025),⁸ mas com duas ressalvas importantes. A primeira refere-se à indagação sobre qual história deve ser considerada, pois o ensino da teoria sociológica como exercício histórico rigoroso envolve abordagens metodológicas específicas, instrumentos analíticos e técnicas de interpretação, e não a simples aplicação de critérios ideológicos unilaterais, de caráter marcadamente moral. Até o momento, a produção acadêmica nesse domínio evidencia limitada pluralidade analítica e ausência de critérios metodológicos claramente definidos, o que pode conduzir a uma redução da teoria sociológica a uma amálgama confusa entre “história social da disciplina” ou “sociologia do

campo intelectual” de caráter moralizante. A segunda ressalva é que a história não deve ocupar o lugar da teoria; pelo contrário, a primazia analítica deve pertencer sempre à teoria, que constitui o núcleo explicativo da disciplina.

Essa proposta será desenvolvida em dois passos. O primeiro estabelece uma orientação *teórico*-metodológica denominada de “história da teoria com intenção sistemática”. O segundo passo é *prático*-metodológico e envolve dois aspectos: reconsiderar a relação entre a dimensão interna e externa de compreensão da modernidade, bem como sugerir, para além da estratégia centrada em autores, um ensino da teoria sociológica centrada em modelos de pesquisa.

Plano teórico: história com intensão sistemática

Nesse sentido, propõe-se adotar, para fins de pesquisa e ensino, a perspectiva da “história da teoria com intenção sistemática” (Theoriegeschichte mit systematischer Absicht), conforme formulada por Wolfgang Schluchter (2015). Tal abordagem busca superar a dicotomia entre teoria e história no interior da sociologia. Assim, pretende ir além tanto de uma construção estritamente “teórica”, que interpreta os paradigmas sociológicos de modo abstrato e descontextualizado, quanto de uma abordagem meramente “histórica”, que sustenta a impossibilidade de uma teoria sociológica desvinculada de seu próprio desenvolvimento histórico. Na proposta de Schluchter, a história desempenha um papel central, o que não implica, contudo, que o objetivo da investigação seja exclusivamente histórico. Ao contrário, o retorno à história visa alcançar uma compreensão sistemática da teoria, isto é, a elucidação de seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos.

Para superar a oposição entre análise teórica pura e análise histórica *strictu sensu* e, ao mesmo tempo, encontrar uma síntese adequada entre esses elementos, Schluchter concentra sua análise na concorrência entre programas de pesquisa científicos. Trata-se, segundo ele, de um conceito que não pressupõe unidade, como o conceito de paradigma em Kuhn, nem uma variedade desordenada de teorias, como no modelo anárquico de Feyerabend. Os programas de pesquisa são compostos por dois aspectos fundamentais: os caminhos de investigação a evitar (*negative heuristic*) e os caminhos a seguir (*positive heuristic*). Por isso, é importante identificar sempre o “núcleo duro” (*hard core*) do programa.

A abordagem histórica com intenção sistemática proposta por Schluchter pode seguir ainda dois caminhos: a linha convergente e a linha divergente. Enquanto a primeira tenta conduzir as propostas a uma síntese unificadora, a segunda explora a luta e a concorrência entre elas. Schluchter escolhe então programas de pesquisa que tiveram um efeito formador de escolas, levando em consideração questões metateóricas, metodológicas e teórico-empíricas. Essas questões incluem: o problema da relação entre ação e ordem (problemática micro-macro); a questão metodológica da definição do objeto e dos métodos de análise; e a questão teórico-empírica sobre os processos históricos de formação e desenvolvimento da realidade social contemporânea (diagnóstico do presente).

Vejamos em que medida essa orientação teórica pode nos servir de guia analítico para repensar, agora em plano aplicado, o ensino da teoria social.

Plano prático: sugestões de ensino

Para além da proposta de Schluchter, a definição de quais programas de pesquisa devem ser considerados na análise, já que ele se limita a Durkheim, Weber e Marx, e quais critérios metateóricos podem ser utilizados para compará-los, ou seja, quais conjuntos de agendas empíricas, problemas teóricos e redes conceituais delimitam as fronteiras dos programas de pesquisa epistemológicos concretos na história da sociologia, é uma tarefa cujo desenvolvimento requer amplo debate e que, em princípio, deve permanecer sempre aberta. Por ora, gostaria de esboçar pelo menos dois conjuntos de desafios práticos necessários para redimensionar a forma como nos aproximamos, em chave positiva, da teoria sociológica clássica.

- Dimensão substantiva: a compreensão da modernidade em perspectiva interna ou entrelaçada

A primeira dessas temáticas diz respeito à distinção entre “autorreferência” e “heterorreferência” na maneira como a sociologia, em sua fase clássica, tematizou a modernidade. Por autorreferência entendem-se as leituras que buscam compreender a modernidade a partir de suas fontes internas, como amplamente explorado nas análises históricas da revolução industrial e capitalista de Marx, na investigação da diferenciação social de Durkheim, na reflexão sobre racionalização cultural e social de Max Weber, no entrelaçamento entre capitalismo, colonialismo e questão racial em W.E.B du Bois e assim por diante. Em termos simples, trata-se de compreender a modernidade apenas a partir de si mesma e de suas raízes pregressas, isolando-a de suas conexões globais. Por heterorreferência entende-se a forma como os principais autores do período de gênese e institucionalização da sociologia situam o entrelaçamento e a diferenciação da modernidade ocidental no contexto de outras civilizações durante seu desenvolvimento e consolidação, incluindo processos de expansão, difusão e dominação. Nesse caso a teoria da modernidade não se estrutura apenas a partir da distinção histórico-temporal pré-moderno e moderno, mas a partir da distinção espacial moderno/extramoderno, considerando fenômenos como imperialismo, dominação, colonização, influências, trocas culturais e assim por diante.

Essa diferenciação entre autorreferência e heterorreferência reconhece que as teorias da modernidade dos clássicos da sociologia são predominantemente de caráter internalista, mas também permite mostrar que a reflexão sociológica sobre outras referências civilizatórias sempre esteve presente, de forma mais ou menos articulada, nas formulações clássicas. No entanto, a tematização da heterorreferência (análise do entrelaçamento da modernidade com outras formas civilizacionais) precisa superar uma heurística negativa baseada na denúncia (como se tudo fosse orientalismo/colonialismo) e, embora atenta aos riscos do anacronismo, deve reler as teorizações do período de formação da sociologia de

forma heurística positiva (como já começa a se esboçar nos esforços de Steinmetz, 2025). Vejamos alguns exemplos nesse sentido positivo.

A tentativa de Durkheim de construir uma ontologia da vida social que transcenda a experiência ocidental-moderna, expressa em suas Formas Elementares da Vida Religiosa (Steinmetz, 2024), assim como a teoria do colonialismo e da globalização de Marx e du Bois, passam a ser valorizadas como contribuições legítimas para uma sociologia cosmopolita (Sinha; Varma, 2017). Da mesma forma, a análise comparativa das civilizações realizada por Weber evidencia seu pioneiro exercício de descentramento, ao mostrar que a modernidade, entendida como uma forma de racionalidade e de dominação do mundo, não pode ser pensada apenas a partir de dentro da tradição ocidental, mas também a partir do confronto com outras formas de racionalidade cultural.

- Dimensão formal: modelos teóricos

Da dimensão da teoria da modernidade, passemos agora à reflexão sobre a teoria social em sentido mais abstrato, entendida como problematização do modo de conceber a análise do social, abrangendo conceitos, métodos sociológicos e seus diferentes pressupostos epistemológicos. Para superar o mero elenco desordenado, seletivo e muitas vezes contraproducente de um antigo e de um novo “cânone”, torna-se necessário explicitar os modelos de reflexão sociológica que foram moldados ao longo da história formativa da disciplina. É a partir desse exercício que autores, problemas e modelos previamente marginalizados ou abandonados podem ser recuperados, sem, contudo, incorrer em uma narrativa redentora da disciplina ou em idealizações retrospectivas.

A título de exemplificação, pode-se apresentar ao menos uma proposta geral de pesquisa e de ensino da teoria sociológica que considere os diferentes “modelos”⁹ teóricos como ferramentas para a análise sistemática do social, permitindo ao estudante compreender não apenas as ideias centrais dos autores da geração fundadora, mas também os desdobramentos e alternativas epistemológicas que marcaram o desenvolvimento histórico da disciplina. Esse enfoque valoriza a coerência interna dos modelos teóricos, sua relevância metodológica e sua capacidade de oferecer interpretações do social que vão além da simples narrativa dualista que contrapõe autores consagrados versus esquecidos. A seguir, apresentam-se alguns desses modelos, ilustrando suas características centrais e autores representativos.¹⁰

O *modelo positivista*, associado, entre outros, a Harriet Martineau, Herbert Spencer e Auguste Comte, fundamenta-se na concepção de que a sociedade pode ser estudada com os mesmos métodos das ciências naturais, mediante observação empírica, classificação e formulação de leis gerais. O enfoque positivista enfatiza a regularidade dos fenômenos sociais, a previsibilidade das relações sociais e a construção de conhecimento objetivo, priorizando a explicação causal e a mensuração quantitativa.

O modelo *crítico-materialista*, representado por Karl Marx, Friedrich Engels e W.E.B. du Bois (em sua fase tardia), tem como eixo central a análise das estruturas econômicas, das relações de produção e das desigualdades sociais (econômicas e simbólicas) e raciais como motor da transformação histórica. Essa perspectiva combina crítica social e reflexão epistemológica, articulando uma compreensão da sociedade, em que as lutas sociais, os processos de exploração e os conflitos estruturais são elementos explicativos fundamentais. W.E.B. du Bois, ao mesmo tempo, incorpora dimensões raciais e de identidade social, ampliando o alcance do materialismo histórico para contextos de segregação e discriminação racial (Morris, 2022).

O *modelo mecanicista*, associado a Vilfredo Pareto, concebe a sociedade como um sistema composto de elementos interdependentes, cuja dinâmica pode ser explicada em termos de regras de ação social e intercâmbio entre indivíduos e grupos. Nesse modelo, as relações sociais são vistas como mecanismos de equilíbrio e compensação, enfatizando a lógica de causa e efeito e a análise das estruturas de poder e elite dentro de uma perspectiva quase “científica” da organização social.

O *modelo funcionalista*, formulado por Émile Durkheim em sua primeira fase, concebe a sociedade como um sistema composto por partes interdependentes, cada uma desempenhando um papel essencial na manutenção da ordem e da estabilidade social. Nesse paradigma, as instituições, normas e práticas culturais são analisadas em função de sua contribuição para a coesão social e para a regulação do comportamento coletivo. A partir de sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, a reflexão durkheimiana adquire uma nova orientação, centrada no papel do simbólico na constituição da vida social, perspectiva posteriormente aprofundada por Marcel Mauss. Assim, pode-se reconhecer, nessa segunda fase, uma inflexão em direção a um *modelo cultural-simbólico*, que amplia e enriquece as formas de leitura de sua obra.

O *modelo vitalista ou energético*, associado a Gabriel Tarde, foca nas interações, imitações e difusões de inovação como forças dinâmicas que moldam a sociedade. Diferente do funcionalismo e do mecanicismo, o vitalismo enfatiza processos criativos, energia social e microinterações, destacando a circulação de ideias e comportamentos como motores da transformação social.

O *modelo hermenêutico*, representado por Ferdinand Tönnies, Max Weber, Alfred Webe e Karl Mannheim, privilegia a compreensão das ações sociais a partir do sentido que os indivíduos atribuem a seus comportamentos. Esse paradigma combina análise interpretativa e reflexão histórica, propondo que a investigação sociológica deve buscar a compreensão das motivações, valores e significados que orientam a ação social, sendo essencial a aplicação de métodos como o Verstehen e a construção de tipos ideais.

O *modelo relacional*, exemplificado por Georg Simmel e Franz Oppenheimer, enfatiza a análise das relações sociais e das formas de interação, ao invés de

focar apenas em estruturas ou instituições. A atenção recai sobre os padrões de conexão, redes e fluxos sociais, entendendo o social como um tecido de relações dinâmicas, em que a posição de indivíduos e grupos no contexto relacional determina comportamentos e efeitos sociais.

O *modelo pragmático-experiencial*, associado à Escola de Chicago e a Escola de Atlanta (W.E.B. du Bois), concentra-se na análise empírica e aplicada da vida urbana e da experiência cotidiana da exclusão. Esse enfoque valoriza a observação direta, o estudo de comunidades e interações sociais em contextos concretos, priorizando a compreensão de processos sociais a partir da experiência vivida e da resolução de problemas sociais reais. Em sua variante crítica, esse modelo se estende até Frantz Fanon, que, ao investigar as experiências vividas em contextos coloniais, articula dimensões empíricas, psicológicas e políticas, mostrando como a vida cotidiana e as relações sociais estão imbricadas em estruturas de poder, opressão e resistência, ampliando a relevância do paradigma para contextos de desigualdade e conflito global.

Os modelos aqui delineados, aqui mobilizados a título meramente ilustrativo, não se pretendem exaustivos nem conclusivos; configuram, antes, um esquema propositivo preliminar, destinado a sinalizar uma direção de problematização. A proposta, como tal, não é em si absolutamente nova, mas entre as propriedades mais significativas dos modelos aqui propostos destaca-se a ampliação do campo de gênese da sociologia, concebido não mais como espaço restrito aos contextos francês e alemão, mas como rede transnacional de formação intelectual que inclui, entre outros, os ambientes norte-americano e italiano. Desse modo, a constituição inicial da sociologia é reinscrita em uma dimensão efetivamente global, que desafia leituras autocentradas e narrativas de origem de caráter nacional. Além disso, seria pertinente incorporar à análise dos modelos as diferentes interpretações da modernidade, considerando como cada uma concebe a formação social moderna tanto a partir de suas raízes internas quanto de seus entrelaçamentos externos.

Simultaneamente, tal enquadramento recupera figuras e tradições parcialmente esquecidas do campo disciplinar, não sob a lógica da reparação simbólica, mas sob a perspectiva de sua eficácia analítica, isto é, de sua capacidade de discutir problemas e conceitos em um campo teórico articulado. O princípio ordenador que orienta essa proposta consiste na tentativa de estruturar a exposição a partir de “modelos” plurais, evitando tanto o recurso a tópicos fragmentários quanto a adesão a agendas políticas que, embora dotadas de pertinência moral, tendem a reduzir a densidade teórica da formação sociológica. A explicitação de modelos de reflexão sociológica visa, assim, oferecer a estudantes e pesquisadores um quadro articulado de construção teórica, no qual problemas, métodos e conceitos possam ser inter-relacionados sem se submeterem a narrativas totalizantes, sejam elas de caráter dogmático ou redentor.

Considerações finais

Este artigo buscou oferecer elementos para diagnosticar o papel dos clássicos no discurso sociológico, ao mesmo tempo em que aponta caminhos iniciais, ainda a serem aprofundados, para repensar o ensino da teoria, de modo que a análise diagnóstica não apenas identifique lacunas e limitações, mas também abra possibilidades de intervenção pedagógica capaz de articular teoria e prática de forma reflexiva e crítica. Em termos diagnósticos, mais do que uma simples ampliação da nominata de referências clássicas, observa-se atualmente uma transformação na função que esses autores exercem no discurso teórico da sociologia: a heurística negativa substitui a positiva, a demarcação sucede a integração, a sinalização do presente é substituída pela negação do passado, a crítica normativa substitui a mediação epistemológica, o universal dá lugar às particularidades de resistência. Nesse novo registro, o assim chamado “cânone” ainda exerce uma função estratégica: ao ser reinterpretado como vetor negativo, ele permite que uma cosmovisão pós-estruturalista se imponha de maneira sutil, porém efetiva, no imaginário sociológico contemporâneo.

Superar o estágio transitório dessa heurística negativa e unilateral em direção a uma heurística positiva e plural constituiu-se no propósito central deste trabalho. Embora ainda haja um longo percurso a ser trilhado, a proposta de reler os clássicos sob a distinção entre autorreferência (análise interna) e heterorreferência (entrelaçamento) na compreensão da modernidade e possibilita, em primeiro lugar, recolocar suas análises no horizonte de uma sociologia verdadeiramente cosmopolita e global.

Simultaneamente, a “reinvenção” da leitura dos clássicos, não mais fundada em uma estratégia personalizadora, centrada em nomes, ou em abordagens temáticas fragmentadas, mas orientada por modelos de reflexão social amplos e integradores, permite restituir-lhes sua função epistemológica plural e articuladora. Assim, mais do que cumprir uma função compensatória ou substitutiva que reduziria a teoria social clássica à discurso moral-político, trata-se de reafirmar sua vocação essencialmente teórica: a de oferecer instrumentos conceituais capazes de compreender, de forma crítica e reflexiva, as múltiplas formas de pensar sociologicamente.

Notas

- 1 O presente texto constitui uma versão revisada de uma alocução originalmente destinada à Mesa-Redonda “O que fazer com os clássicos da sociologia?”, prevista para julho de 2025, no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Minha participação, contudo, foi impossibilitada pela antecipação de minha viagem à Alemanha, onde realizarei um período de pós-doutorado. Registro, entretanto, minha profunda gratidão a Carlos Benedito Martins pela oportunidade de reflexão proporcionada por este encontro. Não menos importante, destaco que o apoio do CNPq (PDE/Pós-Doutorado no Exterior) foi fundamental para a elaboração deste escrito.

- 2 O trabalho de Baehr (2017), que recupera o significado dos conceitos de “fundador”, “clássico” e “cânon” é, até agora, referência indispensável em termos de esclarecimentos terminológicos.
- 3 Doravante, sirvo-me dos complexos conceitos luhmannianos de “códico” e “observação de segunda ordem”. Para maiores esclarecimentos, consultar (Krause, 2005) ou a própria obra de Luhmann (1997).
- 4 Conforme a análise de Vandenbergue, o pós-estruturalismo exerceu hegemonia no campo das ciências sociais no início da década de 1980, especialmente a partir da consolidação de uma interpretação pós-moderna da sociedade. Na década de 1990, entretanto, essa orientação teórica foi gradualmente deslocada pelas teorias da modernidade tardia ou reflexiva, associadas a autores como Giddens, Habermas e Beck. Com a emergência e a institucionalização dos estudos pós-coloniais e decoloniais, observa-se um retorno do pós-estruturalismo, que fornece importantes fundamentos epistemológicos e metodológicos a essas abordagens. Nesse contexto, torna-se pertinente falar em uma “segunda onda” do pós-estruturalismo.
- 5 O termo “Studies” também seria apropriado para englobar, em uma única expressão, a complexa nebulosa formada pelo novo conjunto de “pós”: pós-modernidade, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, pós-humano, entre outros. No entanto, como meu enfoque é epistemológico, opto, para os fins desta análise, pelo uso do termo pós-estruturalismo.
- 6 Ao contrário do autor, contudo, meu diagnóstico não é tão pessimista, como ilustra, por sinal, uma bela coletânea organizada por Peters, Neves e Corrêa (2024): “existe teoria social no Brasil?”.
- 7 O excesso de “viradas” nas ciências sociais, como bem descrito no dossiê de Freire-Medeiros e Corrêa (2020), parece revelar muito mais uma fragmentação e desorientação do que um eixo articulador, como foi no caso da “virada linguística”, essa sim uma verdadeira guinada de eixo na filosofia.
- 8 Por fim, só me resta agradecer ao autor que, com sua característica precisão, abordou de forma crítica os temas suscitados em minha reflexão anterior (Sell, 2025), conduzindo a análise de modo impecável e livre das distorções típicas da falácia do espantalho. Minha “tréplica” encontra-se, pois, delineada acima.
- 9 Adoto o termo “modelo” ao invés de “programa de pesquisa”, conforme sugerido por Schluchter, porque não me refiro a escolas de pensamento propriamente ditas, mas a moldes de análise formulados a partir de premissas analíticas compartilhadas.
- 10 Para esse retrato retomei a impressionante caracterização de escolas sociológicas realizada por Pitirim Sorokin (1928) que, do ponto de vista histórico-descritivo, tem enorme valor analítico.

Referências

- ALATAS, S. F.; SINHA, V. *Sociological theory beyond the canon*. S. l.? s. n., Springer, 2017.
- ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A. (Org.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1990. p.23-90.

- BAEHR, P. *Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and appraisal of sociology's heritage*. London: Routledge, 2017.
- BHAMBRA, G. K.; HOLMWOOD, J. *Colonialism and modern social theory*. Chichester: John Wiley & Sons, 2021.
- BURAWOY, M. Caminhar em duas pernas: o marxismo negro e o cânon sociológico. In: _____. *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdades no capitalismo pós-covid*. São Paulo: Editora Unesp, 2024. p.49-76.
- CAILLÉ, A.; VANDENBERGHE, F. *Por uma nova sociologia clássica: reunindo teoria social, filosofia moral e os studies*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CASTRO, C. *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.
- CONNELL, R. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. London: Routledge, 2020.
- CONNELL, R. W. Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v.102, n.6, p.1511-57, 1997.
- COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista brasileira de ciências sociais*, v.21, p.117-34, 2006.
- _____. From friction to fruition. In: *Routledge International Handbook of Contemporary Social and Political Theory*. London: Routledge, 2021. p.337.
- _____. Weder Ökonomisierung noch Kulturalisierung: für eine konviviale Soziologie. In: *Globale Soziologie: Vergessene Theorien, verflochtene Geschichten*. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2024. p.145-72.
- CRAMER, M. Towards a Global Sociology of Social Sciences. In: *Colonial Legacies and Global Inequalities in the Anglo-Caribbean*. Bristol: Bristol University Press, 2025. p.9-29.
- DAFLON, V. T.; CHAGURI, M. M. Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural. *Sociologias*, v.24, p.16-24, 2023.
- DOMINGUES, J. M. Teoria sociológica no Brasil hoje: desafios e possíveis direções. *Revista Brasileira de Sociologia (RBS)*, v.13, 2025.
- DUTRA, R. Por uma Sociologia Sistêmica PósColonial da América Latina. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v.64, n.1, p.135, 2021.
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; CORRÊA, D. S. As novas tendências na teoria social contemporânea: uma introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.123, p.71-6, 2020.
- GO, J. The Promise of Anticolonial Social Theory. In: PATEL, S.; EGER, M. E. (Ed.) *Anti-Colonial Global Scholarship: Contexts, Perspectives, and Debates*. Bristol University Press, 2026. p.83-102. <https://doi.org/10.2307/jj.25941171.9>
- GUZMAN, C. et al. Toward a historical sociology of canonization: comparing the development of sociological theory in the English-, German-, and French-language contexts since the 1950s. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, v.64, n.2, p.259-302, 2023.

- HAMLIN, C. L.; WEISS, R. A.; BRITO, S. M. Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias*, v.24, n.61, p.26-59, 2022.
- HOLZHAUSER, N. Quantifying the exclusionary process of canonisation, or How to become a classic of the social sciences. *International Review of Sociology*, v.31, n.1, p.97-122, 2021.
- HOW, A. R. *Restoring the classic in sociology: traditions, texts and the canon*. London: Springer, 2016.
- KRAUSE, D. *Luhmann-Lexikon: una introducción a la obra completa de Niklas Luhmann*. 4.ed. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2005.
- KOROM, P. The prestige elite in sociology: toward a collective biography of the most cited scholars (1970-2010). *The Sociological Quarterly*, v.61, n.1, p.128-63, 2020.
- JOAS, H. *Universalismus: Weltherrschaft und Menschheitsethos*. Berlin: Suhrkamp, 2025.
- LI, Z.; KARIMI, A. Continuities and Changes: A Trend Analysis of Historical Sociology in the 21st Century. *Sociology Lens*, 2025.
- LUHMANN, N. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1997.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MAIA, J. M. E. Ensinando a partir do Sul: novos diálogos entre a história da sociologia e a teoria sociológica. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.11, n.27, p.5-22, 2023.
- _____. Por que precisamos de uma história não eurocêntrica da sociologia: réplica a Carlos Sell. *Revista Brasileira de Sociologia (RBS)*, v.13, 2025.
- MCLENNAN, Gregor. Multiplex colonial sociology. *Journal of Classical Sociology*, v.25, n.1, p.77-87, 2025.
- MORRIS, A. D. (Ed.) *The Oxford Handbook of W.E.B. Du Bois*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- MOUZELIS, N. In defence of the sociological canon: a reply to David Parker. *The Sociological Review*, v.45, n.2, p.244-53, 1997.
- OLIVEIRA, A. Expandir as ciências sociais, reinventar o cânone. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.13, n.2, 2023.
- OLIVEIRA, N. Canônicos, anticanônicos, e nenhum cânone em absoluto: ir “para além do cânone” ou escrutinar as opções anticanônicas? *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.105, p.141-58, 2024.
- PARKER, A. Reply to David: in defence of the sociological canon. *Sociological Review*, 1997.
- PETERS, G.; NEVES, F.; CORRÊA, D. (Org.) *Existe teoria social no Brasil? Conceitos e debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2024.
- SCHLUCHTER, W. *Grundlegungen der Soziologie: eine Theoriegeschichte in systematischer Absicht*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.
- SCHNEICKERT, C. et al. The sociological canon, relations between theories and methods, and a latent political structure: findings from a survey of sociology students

in Germany and consequences for teaching. *Teaching Sociology*, v.47, n.4, p.339-49, 2019.

SELL, C. E. A destruição dos clássicos da sociologia: democratização ou homogeneização? *Revista Brasileira de Sociologia* (RBS), v.13, 2025.

SINHA, S.; VARMA, R. Marxism and postcolonial theory: what's left of the debate? *Critical Sociology*, v.43, n.4-5, p.545-58, 2017.

SOROKIN, P. A. *Contemporary sociological theories*. New York: Harper & Brothers, 1928.

STEINMETZ, G. Durkheim's Critique of Colonialism and Empire. *Modern Intellectual History*, v.21, n.4, p.874-96, 2024.

_____. Rethinking postcolonial sociology. *Journal of Classical Sociology*, v.25, n.1, p.88-100, 2025.

STEINMETZ, G. (Ed.) *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Durham: Duke University Press, 2013.

SUSEN, S. *The postmodern turn in the social sciences*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

_____. *Sociology in the Twenty-First Century*. S. l.: Springer International Publishing, 2020. TEIXEIRA, A. N.; PASSIANI, E. A (urgente) reinvenção dos cânones. *Sociologias*, v.24, n.61, p.9-13, 2022.

VANDENBERGHE, F. Prefácio à edição brasileira: metateoria, teoria social, teoria sociológica. In: *Uma história filosófica da sociologia alemã*. São Paulo: Annablume, 2009. p.1-37.

_____. *Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação*. São Paulo: Annablume, 2019. v.1.

_____. Conjunctural analysis: uma genealogia conceitual. *Revista Brasileira de Sociologia* (RBS), v.13, 2026.

VANDENBERGHE, F.; FUCHS, S. On the coming end of sociology. *Canadian Review of Sociology / Revue Canadienne de Sociologie*, v.56, n.1, p.138-43, 2019.

VANDENBERGHE, F. *Teoria social reconstrutiva II: Hermenêutica de si e dos outros*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2026. (v.2 da série Teoria social reconstrutiva)

WEISS, R. A. et al. Metamorfoses da Sociologia em tempos de crise / Metamorphoses of Sociology in Times of Crisis / Metamorfosis de la sociología en tiempos de crisis. *Revista Brasileira de Sociologia* (RBS), v.13, p.1-33, 2025.

RESUMO – Este artigo examina a transformação do papel dos autores clássicos na sociologia, destacando suas implicações epistemológicas, metodológicas e pedagógicas. Na primeira parte, analisa-se a mudança de função desses autores no campo teórico, caracterizando-a como a emergência de um novo regime discursivo (heurística negativa) e de um consenso difuso que molda o *ethos* científico contemporâneo. Na segunda parte, propõe-se uma heurística positiva de reflexão e ensino da teoria sociológica, com foco em: (1) a reavaliação da relação entre as dimensões autorreferencial e heterorreferencial

nas análises da modernidade elaboradas pelos clássicos; e (2) a recuperação de modelos analíticos plurais como instrumentos para investigar e sistematizar teorias sociológicas desenvolvidas durante a fase de gênese e institucionalização da disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria social, Clássicos da sociologia, Cânone da sociologia.

ABSTRACT – This article examines the transformation of the role of classical authors in sociology, highlighting its epistemological, methodological, and pedagogical implications. In the first part, it analyzes the change in the function of these authors within the theoretical field, characterizing it as the emergence of a new discursive regime (negative heuristic) and a diffuse consensus that shapes the contemporary scientific ethos. In the second part, it proposes a positive heuristic for the reflection and teaching of sociological theory, focusing on: (1) the reassessment of the relationship between the self-referential and hetero-referential dimensions in the classics' analyses of modernity; and (2) the recovery of plural analytical models as instruments for investigating and systematizing sociological theories developed during the phase of genesis and institutionalization of the discipline.

KEYWORDS: Social theory, Sociological classics, Sociological canon.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de conflito de interesse

Não há conflito de interesse declarado.

Editores

Sérgio Adorno e Dario Luis Borelli

Carlos Eduardo Sell é doutor em Sociologia Política e atualmente realiza estágio de pós-doutoramento na Universidade de Heidelberg (Alemanha). É professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). @ – carlos.sell@ufsc.br / <https://orcid.org/0000-0002-3281-7045>.

Recebido em 5.12.2025.e aceito em 3.2.2026.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.